

Eólica
Hermenegildo II
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

EÓLICA HERMENEGILDO II S.A.

CNPJ 19.660.985/0001-00

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Mensagem da Diretoria.

1. AOS ACIONISTAS

A administração da Eólica Hermenegildo II S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2018, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

2. A EMPRESA

A Companhia Eólica Hermenegildo II S.A. é uma sociedade anônima fechada, constituída em 02 de janeiro de 2014, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição e registrada junto a JUCESC em 05 de fevereiro de 2014, que tem como objeto social o desenvolvimento, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de empreendimento de produção, transmissão, transformação e geração de energia elétrica proveniente de fonte Eólica dos Parques Eólicos denominados Verace 28, Verace 29, Verace 30 e Verace 31, localizados no município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande Do Sul; a comercialização de energia elétrica gerada em seus empreendimentos; e a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Seus sócios são a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (99,99%) e a Renobrax Energias Renováveis Ltda. (0,01%), totalizando um capital de R\$ 192.338.384 (Cento e noventa e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e oitenta e quatro reais), representado por 192.338.384 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

3. AUTORIZAÇÕES

O Ministério de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Hermenegildo II				
Parque Eólico	Portaria Nº	Data da Publicação	Capacidade Instalada (MW)	Prazo de Duração (Anos)
EOL Verace 28	269	09/06/2014	14.000	35
EOL Verace 29	247	03/06/2014	20.000	35
EOL Verace 30	281	16/06/2014	20.000	35
EOL Verace 31	248	03/06/2014	10.000	35

4. ESPECIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Usina Eólica Hermenegildo II é composta de 32 (trinta e dois) aerogeradores, distribuídos em 04 (quatro) parques, os quais são conectados à SE Coletora Hermenegildo 34,5/138 kV – 210 MVA através de rede subterrânea em cabos isolados de 34,5 kV, numa extensão de aproximadamente 107 km de cabo. A SE Coletora Hermenegildo se conecta, através de 1 (uma) LT 138 kV com 16,01 km de extensão, à SE Santa Vitória do Palmar 2 138/525 kV, sendo esta conectada ao SIN – Sistema Interligado Nacional.

Parque Eólico Verace 28

O Parque Eólico Verace 28 é composto de 07 (sete) aerogeradores modelo GE 1.7-100 com 1.79MW de potência, montados em torres de aço com 80m de altura, com 5.900 MW médios de garantia física de energia, SE Coletora Hermenegildo 34,5 / 138 KV, LT 138 kV SE Coletora Hermenegildo / SE Santa Vitória do Palmar e Ampliação da SE Santa Vitória do Palmar.

Parque Eólico Verace 29

O Parque Eólico Verace 29 é composto de 10 (dez) aerogeradores modelo GE 1.7-100 com 1.79MW de potência, montados em torres de aço com 80m de altura, com 8.300 MW médios de garantia física de energia, SE Coletora Hermenegildo 34,5 / 138 KV, LT 138 kV SE Coletora Hermenegildo / SE Santa Vitória do Palmar e Ampliação da SE Santa Vitória do Palmar.

Parque Eólico Verace 30

O Parque Eólico Verace 30 é composto de 10 (dez) aerogeradores modelo GE 1.7-100 com 1.79MW de potência, montados em torres de aço com 80m de altura, com 8.200 MW médios de garantia física de energia, SE Coletora Hermenegildo 34,5 / 138 KV, LT 138 kV SE Coletora Hermenegildo / SE Santa Vitória do Palmar e Ampliação da SE Santa Vitória do Palmar.

Parque Eólico Verace 31

O Parque Eólico Verace 31 é composto de 05 (cinco) aerogeradores modelo GE 1.7-100 com 1.79MW de potência, montados em torres de aço com 80m de altura, com 4.200 MW médios de garantia física de energia, SE Coletora Hermenegildo 34,5 / 138 KV, LT 138 kV SE Coletora Hermenegildo / SE Santa Vitória do Palmar e Ampliação da SE Santa Vitória do Palmar.

5. DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

A Companhia entrou em operação comercial a partir do dia 16 de dezembro de 2015 (Despacho No 4.031, de 15 de dezembro de 2015). Os recursos necessários para a construção dos parques eólicos da Hermenegildo II foram obtidos através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital, empréstimos ponte e financiamento de longo prazo junto ao BNDES/BRDE. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 25.302 (vinte e cinco milhões, trezentos e dois mil reais), devido principalmente ao registro no passivo circulante dos valores de empréstimos e financiamentos, da aquisição do projeto do parque eólico, além da energia não gerada registrada no período, conforme contrato no ambiente regulado oriundo do leilão de energia.

Em determinação do Contrato de Financiamento com o BNDES, a Companhia é obrigada a divulgar, juntamente com as demonstrações financeiras, informações denominadas EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos sobre a renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização). Dessa forma, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a companhia apresentou os seguintes valores:

	EBITDA/LAJIDA:	28.040
(+)	Resultado do Exercício	(6.951)
(+/-)	Despesa (receita) financeira Líquida	14.386
(+)	Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	3.471
(+/-)	Depreciação e amortização	15.120
(+/-)	Quaisquer outras (Receitas) ou despesas sem efeitos financeiros	8.956
(+/-)	Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo/ Positivo	-

6. CONTEÚDO

O ano de 2018 foi marcado por diversos fatos relevantes para a empresa: 1) Assinatura de Power Purchase Agrément – PPA, supimento 2018-2035, após a descontração dos CCEARs firmados no 17º Leilão de Energia A-3/2013 pelo Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D A0 e A4+; 2) Pedido Administrativo de Anulação do Despacho Aneel Nº. 2.141/2018, para recálculo dos valores do ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs referente ao ano de 2017; 3) Fiscalização da ANEEL/AGERGS; 4) pagamento de parte dos valores de CAPEX em aberto; e 5) Situação envolvendo a renegociação dos contratos de Financiamento direto e indireto, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE Além desses fatos, houveram importantes avanços no tocante à Operação e Manutenção (O&M) do(s) parque(s), como por exemplo a implantação de melhorias nos equipamentos; mudança nas rotinas de operação e manutenção; contratação de serviços de acompanhamento e fiscalização de todas as rotinas diárias de O&M praticadas pelo fabricante (GE) e contratação da Certificação da Curva de Potência dos Aerogeradores.

Conforme Relatório de Administração de 2017, a Companhia descontratou todo o montante de energia dos CCEARs (MCS D A4+), mantendo o PPA(1) vigente, e

recontratou montantes de energia com volumes ajustados por meio de um novo PPA(2), o qual resultou no total cumprimento das obrigações dos CCVEEs. Ao final do primeiro ano do PPA(2), verificou-se que a receita anual planejada foi atingida, não sendo necessária a compra adicional de energia, evitando maiores prejuízos devido à exposição ao risco mercadológico. Além disso, no corrente ano, a Companhia atingiu o ICSD referente ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES/BRDE.

Em 29 de dezembro de 2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foram transferidos 100% das ações da acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. à Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S.A., através de Termo de Transferência de Ações, portanto, a partir dessa data a Eletrobras passou a ser o acionista controlador da Companhia.

Com relação aos valores do ressarcimento de 2017, devido a geração a menor registrada no período, a Companhia ingressou com pedido administrativo de anulação do Despacho ANEEL nº 2.141/2018, proferido pelo Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da Agência Reguladora, objetivando o recálculo dos valores do ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs, rescindidos em virtude do processamento do MCSD, de maneira a considerar o PLD médio somente do período de janeiro a março de 2017, período esse caracterizado pela obrigação de entrega de energia nos referidos contratos. Esse pedido almeja uma diminuição de 28,5% do valor do ressarcimento calculado pela CCEE no ano de 2017.

A Companhia está em processo de fiscalização regular pela AGERGS/ANEEL. A Agência Reguladora argui uma geração a menor no período de dez/2016 a nov.2017 considerando o projetado, o que realmente ocorreu considerando a garantia física registrada. Os principais pontos elencados pela fiscalização relacionam-se a manutenção e operação dos ativos. Na interação com a Agência demonstramos que diversas ações já foram realizadas, tais como melhoria no sistema de proteção contra descargas atmosféricas nas pás, substituição de todas as baterias do sistema pitch com datas de fabricação de 2014 e 2015, extensão do horário normal de manutenção (das 5h às 20 h), adoção de sobreaviso, contratação da Certificação da Curva de Potência, contratação de técnico de campo especializado para acompanhamento e fiscalização dos serviços de O&M, dentre outros. Os Serviços de O&M dos Aerogeradores dos Parques são, por contrato Full Service, de responsabilidade da General Electric (GE). Assim, a Administração não poupou esforços para sanar as dúvidas durante a fiscalização, e elaborou um Plano de Melhoria de Desempenho da Usina, conjuntamente com a GE, entregue à Agência Reguladora.

Foram atendidas, em 2017, pela Companhia e também pela GE, todas as cláusulas do Termo de Quitação e Outras Avenças que tratava do encerramento do Contrato de Fornecimento e Comissionamento dos Aerogeradores e disciplinava a implantação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas nos equipamentos (LPS).

A Administração informa que houve renegociação dos Contratos de Financiamento com o BNDES/BRDE, e que o Aditivo encontra-se pendente de assinatura. Destaca-se que a assinatura dos aditivos acarretará alteração na taxa de juros do financiamento, porém sua incidência ocorrerá somente após a formalização dos termos aditivos. Ainda em 2018, a empresa apresentou os projetos sociais ao BNDES/BRDE, de acordo com as premissas

contratuais e ideológicas dos Bancos, conforme define o Sub Credito A3, considerando, ainda, as necessidades locais das comunidades e regiões de abrangência dos parques. Os projetos aguardam aprovação dos bancos financiadores para dar início à execução dos projetos.

Por fim, conforme previsto, em 2018 foi realizada licitação e contratação de empresa técnica especializada, que realiza desde o acompanhamento das intervenções nos equipamentos, coleta de dados, materiais, até o controle de peças de reposição e seu estoque, garantindo assim, maior agilidade e transparência dos processos que envolvem o maior ativo da empresa. Para 2019, a administração destaca que irá manter os mesmos esforços, principalmente na área técnica, visando obter ganhos na geração pela atuação direta na supervisão e controle do O&M.

Considerando os desafios e dificuldades enfrentadas, estimando crescente melhora na geração de energia, a operação e administração dos parques obteve grande êxito. Assim, a administração da companhia registra o reconhecimento e agradecimento a todos que, por sua qualificação e dedicação, contribuíram para o bom desempenho do empreendimento, propiciando a prestação de um serviço essencial e de qualidade, para as comunidades abrangidas, respeitando e valorizando as dimensões socioambientais do estado do Rio Grande do Sul e de nosso país.

JOÃO NUNES RAMIS
Diretor Presidente

KATIA CRISTINA PASQUASO
Diretora Administrativo Financeira



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Hermenegildo II S.A.**
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Hermenegildo II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Hermenegildo II S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 18 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9



Cláudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Eólica Hermenegildo II S.A.

CNPJ: 19.660.985/0001-00

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e dezembro de 2017*(Em milhares de Reais)*

<i>Ativo</i>	<i>Nota</i>	31.12.2018	31.12.2017	<i>Passivo</i>	<i>Nota</i>	31.12.2018	31.12.2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	10.460	6.225	Fornecedores	13	426	663
Contas a receber	6	1.311	3.787	Tributos a recolher	14	462	1.018
Tributos a recuperar	7	2.402	1.576	Empréstimos e financiamentos	15	19.323	19.200
Despesas pagas antecipadamente	8	231	188	Credores diversos	16	14.199	12.483
Outros créditos		<u>4</u>	<u>4</u>	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	17	5.300	4.261
		<u>14.408</u>	<u>11.780</u>	Provisão para contingências	18	<u>-</u>	<u>528</u>
						<u>39.710</u>	<u>38.153</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos vinculados	9	7.735	7.351	Empréstimos e financiamentos	15	119.616	129.229
Tributos diferidos	10	46.807	43.118	Adiantamento para futuro aumento de capital	19	-	19.083
Imobilizado	11	187.834	208.637	Provisão para contingências	18	528	-
Intangível	12	<u>11.477</u>	<u>11.854</u>	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	17	<u>3.690</u>	<u>3.690</u>
		<u>253.853</u>	<u>270.960</u>			<u>123.834</u>	<u>152.002</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	20	192.337	173.254
				Prejuízos Acumulados		<u>(87.620)</u>	<u>(80.669)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>104.717</u>	<u>92.585</u>
Total do ativo		<u><u>268.261</u></u>	<u><u>282.740</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>268.261</u></u>	<u><u>282.740</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Hermenegildo II S.A.

CNPJ: 19.660.985/0001-00

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Receita Operacional Líquida	21	<u>43.247</u>	<u>37.098</u>
Custos de operação	22	<u>(31.515)</u>	<u>(25.954)</u>
Lucro bruto		<u>11.732</u>	<u>11.144</u>
Material		(8)	(7)
Serviço de terceiros	23	(1.022)	(836)
Depreciação		(5)	(5)
Reversão / (provisão) impairment		(6.060)	45.449
Gerais e administrativas		(228)	(320)
Honorários dos administradores		<u>(445)</u>	<u>(425)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>3.964</u>	<u>55.000</u>
Receitas financeiras	24	802	3.653
Despesas financeiras	24	<u>(15.188)</u>	<u>(18.413)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(14.386)</u>	<u>(14.760)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>(10.422)</u>	<u>40.240</u>
Impostos correntes/diferidos			
Imposto de renda		2.552	(9.854)
Contribuição social		<u>919</u>	<u>(3.548)</u>
Resultado do exercício		<u><u>(6.951)</u></u>	<u><u>26.838</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Hermenegildo II S.A.

CNPJ: 19.660.985/0001-00

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado do exercício	(6.951)	26.838
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(6.951)</u>	<u>26.838</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Hermenegildo II S.A.

CNPJ: 19.660.985/0001-00

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>173.254</u>	<u>(107.507)</u>	<u>65.747</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>26.838</u>	<u>26.838</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>173.254</u>	<u>(80.669)</u>	<u>92.585</u>
Integralização de capital social em 01 de março de 2018	20	19.083	-	19.083
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>(6.951)</u>	<u>(6.951)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u><u>192.337</u></u>	<u><u>(87.620)</u></u>	<u><u>104.717</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Hermenegildo II S.A.

CNPJ: 19.660.985/0001-00

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de Reais

	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	<u>(10.422)</u>	<u>40.240</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	15.120	15.121
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	1.039	4.127
Baixa de imobilizado	-	1.891
Impairment	6.060	(45.449)
Encargos financeiros	<u>14.876</u>	<u>16.089</u>
Lucro ajustado	<u>26.673</u>	<u>32.019</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Impostos a recuperar	(1.045)	351
Outros créditos	-	280
Despesas pagas antecipadamente	(43)	240
Contas a receber	<u>2.476</u>	<u>(194)</u>
	<u>1.388</u>	<u>677</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores	(237)	(14.096)
Tributos a recolher	(556)	622
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	-	(676)
Outros passivos	<u>(29)</u>	<u>(2.514)</u>
	<u>(822)</u>	<u>(16.664)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>27.239</u>	<u>16.032</u>
Pagamento de encargos financeiros	<u>(12.165)</u>	<u>(12.857)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>15.074</u>	<u>3.175</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Depósitos vinculados	(384)	(874)
Adições ao ativo imobilizado	<u>-</u>	<u>(360)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	<u>(384)</u>	<u>(1.234)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	11.250
Pagamento de Empréstimos e financiamentos - Principal	<u>(10.455)</u>	<u>(10.370)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(10.455)</u>	<u>880</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	4.235	2.821
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>6.225</u>	<u>3.404</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>10.460</u></u>	<u><u>6.225</u></u>

As transações que não envolveram o caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Eólica Hermenegildo II S.A., Geradora de Energia Elétrica é uma sociedade anônima fechada, constituída em 02 de janeiro de 2014 e que tem por objeto social o desenvolvimento, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de empreendimento de produção, transmissão, transformação e geração de energia elétrica proveniente de fonte Eólica, dos Parques Eólicos denominados Verace 28, Verace 29, Verace 30 e Verace 31, localizados no município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande Do Sul; a comercialização de energia elétrica gerada em seus empreendimentos; e a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em outubro de 2015, sendo que o Parque Eólico Hermenegildo II possui 57,28 MW médios ¹**Error! Bookmark not defined.** de potência instalada.

Os recursos necessários para a construção dos parques eólicos da Hermenegildo II foram obtidos através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros.

Em 29 de dezembro de 2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foram transferidos 100% das ações da acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. à Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S.A., através de Termo de Transferência de Ações, portanto, a partir dessa data a Eletrobras passou a ser o acionista controlador da Companhia.

Continuidade operacional

Nos exercícios de 2016 e 2017 as atividades da Companhia passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visaram equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízo no exercício de R\$ 6.952, prejuízos acumulados de R\$ 87.621 e capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 25.302 (R\$ 26.373 em 31 de dezembro de 2017).

Mesmo que a companhia venha apresentando capital circulante líquido negativo, vale ressaltar que, dentro das condições da atual conjuntura operacional e financeira da companhia, existem condições de continuidade operacional.

Os prejuízos acumulados e o capital circulante negativo, são oriundos da incidência de custos relacionadas à baixa geração de energia em períodos anteriores com ventos no local abaixo do previsto. Contribui ainda para o capital circulante negativo, o registro no passivo circulante dos valores a liquidar decorrentes da construção do parque eólico que não serão recorrentes e dos

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

empréstimos e financiamentos que refletem 12 meses do serviço da dívida.

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Para amenizar a insuficiência de capital de giro, equacionar os resultados e recuperar a lucratividade das operações a Administração tomou as seguintes medidas:

- Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 01 de fevereiro de 2017 aportes de capital por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$23.805. Os aportes não realizados até 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$ 12.555, espera-se que sejam realizados de acordo com a necessidade de caixa da Companhia;
- A dívida com a Renobrax permanece em trâmite judicial junto a antiga controladora da Companhia, a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Em 31 de dezembro de 2018 corresponde ao valor de R\$ 14.199 (R\$ 12.454 em 31 de dezembro de 2017), contabilizados integralmente no passivo circulante impactando, dessa forma, o capital circulante líquido. Paralelamente, estão sendo realizadas tratativas negociais visando equalizar os valores devidos a fim de renegociar a dívida registrada na rubrica “Credores Diversos”, sendo que a sua liquidação depende do desfecho das discussões judiciais e negociações, para mais detalhes vide nota explicativa nº 16;
- Em 24 de março e 05 de maio de 2017 a Companhia enviou à Camara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a “Declaração de Oferta de Redução de Montantes de Energia Elétrica” referente ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, nas modalidades A“0” e A“4+”, respectivamente, na qual descontratou, a partir de abril de 2017 até o final dos contratos, o total da energia vendida pelos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs. A confirmação dos montantes descontratados pela Companhia foi por meio de comunicados públicos da CCEE, CO 279/17 de 24/05/2017 (A0) e CO 287/17 29/05/2017 (A4+). Além disso, a Companhia negociou a venda da energia descontratada a preços superiores aos valores dos CCEARs.

O objetivo da Companhia ao participar do MCSD é a possibilidade de reduzir o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física dos parques eólicos e dos preços praticados pelo mercado. Com a estratégia acima, projeta-se uma melhora significativa dos índices referenciais do projeto. Vale atentar que a alteração dos contratos do mercado regulado para o mercado livre, afetou alguns critérios e premissas da análise de crédito do financiamento, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

- Conforme descrito na nota explicativa nº 27, em 11 de janeiro de 2019, a Companhia ingressou com pedido administrativo de anulação do Despacho ANEEL nº 2.141/2018, objetivando o recálculo dos valores do ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs, rescindidos em virtude do processamento do MCSD.

Conforme o acompanhamento da geração no triênio 2016 - 2018, observa-se uma tendência de melhora gradual na condição dos ventos nos próximos anos, até o atingimento da garantia física (GF) dos parques de acordo com os estudos realizados na etapa de projeto. Para o ano de 2019 a perspectiva de geração é chegar a pelo menos 95% da GF. Até a data de 31 de dezembro de 2018 a geração atingiu o percentual de 84% da garantia física.

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Parque Eólica	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
EOL Verace 28	Nº 269	09/06/2014	14 MWmédio ¹	35 anos
EOL Verace 29	Nº 247	03/06/2014	20 MWmédio	35 anos
EOL Verace 30	Nº 281	16/06/2014	20 MWmédio	35 anos
EOL Verace 31	Nº 248	03/06/2014	10 MWmédio	35 anos

Posteriormente, o Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou a ANEEL a promover alterações nas Portarias acima citadas. O compartilhamento do sistema de conexão da Companhia foi promulgado por Despachos da ANEEL e as alterações das características técnicas dos aerogeradores foram homologadas por Resoluções Autorizativas da ANEEL, ambos relacionados no quadro abaixo, destacando também a nova capacidade instalada de cada central.

Parque	Portaria Outorga	Compartilhamento do Sistema de Conexão		Característica Técnica Aerogerador		
		N.º Despacho ANEEL	Data	Resolução ANEEL	Data	Capac. Instalada (MW)
Verace 28	269	3.014	04/09/2015	5.469	22/09/2015	12,53
Verace 29	247	3.015	04/09/2015	5.470	22/09/2015	17,90
Verace 30	281	3.016	04/09/2015	5.471	22/09/2015	17,90
Verace 31	248	3.017	04/09/2015	5.472	22/09/2015	8,95

3 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas no item (e) desta nota explicativa.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e depósitos vinculados que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia aplicou os pronuniciamentos contábeis CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Mudança das práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018. Uma série de outras normas também entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 (R1) - Receitas, o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 foram reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

• **Classificação e mensuração -Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos materiais na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	01.01.2018
Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.983
		Valor justo por	
		meio do resultado	8.477
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.311
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por	
		meio do resultado	7.351
Depósitos vinculados	Empréstimos recebíveis	Custo Amortizado	4
Outros créditos	Empréstimos recebíveis		
Passivos financeiros			
Contas a pagar de fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	663
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	148.429
Credores diversos	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	12.483
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	19.083

4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui perdas materiais sobre os recebíveis de clientes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo, de acordo com a expectativa de vida útil estimada pela administração, são as seguintes:

Edificações, obras civis e benfeitorias	34 anos
Máquinas e equipamentos	23 anos

(iii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos de autorização.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. *Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável.

i. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2) Arrendamentos

A A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Dessa forma, a Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial de tal norma terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo.

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras em que encontram-se instalados os seus aerogeradores. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 1.117 em 1º de janeiro de 2019.

A aplicação desta norma será realizada, inicialmente, em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	1.983	2
Aplicações Financeiras	<u>8.477</u>	<u>6.223</u>
	<u>10.460</u>	<u>6.225</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) junto ao Banco Banrisul S.A., cujos rendimentos são 100% do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária.

6 Contas a receber

	31.12.2018	31.12.2017
Venda de energia	17	17
Provisão de venda de energia	<u>1.294</u>	<u>3.770</u>
	<u>1.311</u>	<u>3.787</u>

O saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2018 é composto basicamente por provisões de venda de energia, que serão faturados em janeiro de 2019. Em dezembro de 2018, a Companhia efetuou faturamento parcial referente a venda de energia do mês de dezembro, o qual foi recebido ainda durante o mesmo exercício.

7 Tributos a recuperar

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda retido na fonte	634	521
CSLL Estimativa	27	27
COSIRF pago indevidamente	9	9
ISS SVP pago indevidamente	13	13
IRRF a compensar s/ faturamento	897	549
CSLL a compensar s/ faturamento	<u>822</u>	<u>457</u>
	<u>2.402</u>	<u>1.576</u>

8 Despesas pagas antecipadamente

Refere-se a valores de Seguro Garantia Fiel Cumprimento, Seguro de Risco de Engenharia, Seguro Responsabilidade Civil, Seguro Predial, Seguro Risco Operacional e Seguro de Equipamentos a serem apropriados mensalmente como despesa durante o exercício.

9 Depósitos vinculados

Refere-se aos investimentos de fundos referenciados ao Depósitos Interfinanceiro (DI). Constituinte-se uma reserva para amortizações das dívidas obtidas em empréstimos com o BNDES e BRDE, em moeda nacional.

10 Tributos diferidos

	Base	IRPJ	CSLL	Saldo em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2017
Prejuízo fiscal	25.679	6.420	2.311	8.731	8.013
Diferenças temporárias	8.347	2.087	751	2.838	1.927
Impairment	<u>103.641</u>	<u>25.910</u>	<u>9.328</u>	<u>35.238</u>	<u>33.178</u>
	<u>137.667</u>	<u>34.417</u>	<u>12.390</u>	<u>46.807</u>	<u>43.118</u>

A Companhia constituiu créditos fiscais devido reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos sobre o prejuízo fiscal e diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais acumulados. De acordo com as projeções da Administração os valores reconhecidos serão realizados.

11 Imobilizado

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 31/12/2017 a 31/12/2018:

Em curso	Saldos em 31.12.2017	Depreciação	Provisão Impairment	Saldos em 31.12.2018
Geração				
Edificações e benfeitorias	112	-	-	112
Maquinas e equipamentos	29	-	-	29
A ratear	1.044	-	-	1.044
Estudos e projetos	30	-	-	30
Em serviço				
Geração				
Servidões	1.048	-	-	1.048
Terrenos	65	-	-	65
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.976	-	-	6.976
Maquinas e equipamentos	326.967	-	-	326.967
(-) Impairment	(97.581)	-	(6.060)	(103.641)
(-) Depreciação	(30.084)	(14.738)	-	(44.822)
Administração				
Móveis e utensílios	48	-	-	48
(-) Depreciação	(17)	(5)	-	(22)
	<u>208.637</u>	<u>(14.743)</u>	<u>(6.060)</u>	<u>187.834</u>

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 31/12/2016 a 31/12/2017:

Em curso	Saldos em 31.12.2016	Aquisições	baixa	Transferências	Depreciação	Reversão Impairment	Saldos em 31.12.2017
Geração							
Edificações e benfeitorias	53	59	-	-	-	-	112
Maquinas e equipamentos	29	-	-	-	-	-	29
A ratear	743	301	-	-	-	-	1.044
Estudos e projetos	30	-	-	-	-	-	30
Em serviço							
Geração							
Servidões	1.048	-	-	-	-	-	1.048
Terrenos	65	-	-	-	-	-	65
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.976	-	-	-	-	-	6.976
Maquinas e equipamentos	330.996	-	(1.891)	(2.138)	-	-	326.967
(-) Impairment	(143.030)	-	-	-	-	45.449	(97.581)
(-) Depreciação	(15.346)	-	-	-	(14.738)	-	(30.084)
(-) Reversão de crédito de PIS/COFINS	(2.138)	-	-	2.138	-	-	-
Administração							
Móveis e utensílios	48	-	-	-	-	-	48
(-) Depreciação	(11)	-	-	-	(6)	-	(17)
	<u>179.463</u>	<u>360</u>	<u>(1.891)</u>	<u>-</u>	<u>(14.744)</u>	<u>45.449</u>	<u>208.637</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Em 31 de março de 2016, foi realizada a transferência do Ativo Imobilizado em Curso para o Ativo Imobilizado em Serviço conforme Resolução 674/2015 ANEEL.

Impairment (CPC 01 (R1))

Durante o exercício de 2017, em função da desconstrução dos contratos de CCEAR's e adesão ao MCSD, a Companhia realizou a reavaliação das premissas de receita da sua unidade geradora de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto para o fluxo de caixa	6,69% pós-tax	6,53% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de venda de energia vigentes a partir de 2018	De acordo com os contratos de venda de energia vigentes a partir abril de 2017
Pis e Cofins	9,25% sobre a receita bruta	9,25% sobre a receita bruta
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro dos parques	Orçamento financeiro dos parques
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das autorizações	Prazos das autorizações

Como resultado, em 2018 foi efetuada uma provisão de impairment do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 6.060. Este valor decorreu principalmente ao aumento da taxa de desconto devido ao aumento da remuneração do capital dos acionistas considerada no cálculo.

12 Intangível

	31.12.2018	31.12.2017
Cessão de direitos	12.684	12.684
(-) Amortização cessão de direitos	(1.211)	(834)
Outros	4	4
	<u>11.477</u>	<u>11.854</u>

Cessão de direitos

Refere-se aos direitos relativos aos projetos de exploração dos parques Verace 28, Verace 29, Verace 30 e Verace 31, adquiridos da Renobrax Energias Renováveis Ltda.

Os projetos adquiridos possuem as seguintes características:

Usinas	Capacidade instalada (MWs)	Saldos em 31.12.2018	Saldos em 31.12.2017
Eólica Verace 28	14	2.775	2.775
Eólica Verace 29	20	3.964	3.964
Eólica Verace 30	20	3.964	3.964
Eólica Verace 31	10	1.981	1.981
		<u>12.684</u>	<u>12.684</u>

A amortização dos direitos de exploração, iniciou no momento da entrada em operação dos parques e é realizada pelo método linear com base no prazo remanescente dos contratos de autorização.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui em credores diversos o montante de R\$ 14.199, referente ao saldo remanescente a pagar a Renobrax Energias Renováveis, em função da compra dos projetos de exploração eólica. Os valores devidos são atualizados pelo IPCA acrescidos de juros de mora e demais penalidades previstas no contrato até a sua efetiva liquidação (vide nota explicativa nº16).

13 Fornecedores

	31.12.2018	31.12.2017
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	177	171
Messtechnik comércio e instrumentações	27	-
Eólica Hermenegildo I	46	-
Selltec comércio	12	-
Eletrosul centrais elétricas S/A	6	287
Outros epecistas	13	78
Arrendamentos	145	127
	<hr/>	<hr/>
	426	663
	<hr/>	<hr/>

14 Tributos a recolher

	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda retido a pagar	9	11
Retenções IN RFB 1.234/2012	39	741
INSS retido PJ	4	3
ISS a recolher	1	1
PIS s/ faturamento	73	47
COFINS s/ faturamento	336	215
	<hr/>	<hr/>
	462	1.018
	<hr/>	<hr/>

15 Empréstimos e financiamentos

	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimo - BNDES	91.539	98.809
Encargos da dívida	7.250	6.614
Empréstimo - BRDE	39.864	43.050
Encargos da dívida	3.284	3.176
Custo a apropriar s/ empréstimos	(2.997)	(3.220)
	<hr/>	<hr/>
	138.939	148.429
	<hr/>	<hr/>
Circulante	19.323	19.200
Não circulante	119.616	129.229

Abaixo a movimentação dos empréstimos:

Saldo em 31/12/2016	156.934
Encargos financeiros	14.722
Pagamentos de principal	(10.370)
Pagamentos de juros	(12.857)
Saldo em 31/12/2017	148.429
Encargos incorridos	12.908
Apropriação do custo de captação	222
Pagamentos de principal	(10.455)
Pagamentos de juros	(12.165)
Saldo em 31/12/2018	138.939

Foi firmado, no dia 14 de janeiro de 2016, contrato de financiamento direto junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme descrito abaixo:

Subcrédito	B1	B2
Valor total do crédito (R\$)	55.891.000,00	53.699.000,00
Sistema de Amortização	192 parcelas	192 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 2,02% a.a.	TJLP + 2,02% a.a.
Data da amortização	15 de julho de 2016	
Finalidade	Implantação do Complexo Eólico Hermenegildo	

Os subcréditos B1 e B2 foram recebidos em 18 de janeiro de 2016, no valor bruto de R\$ 55.891 e R\$ 53.699, respectivamente. Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos B1 e B2, incidirão juros à taxa de 2,02% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Em 27/12/2017, o BNDES anuiu com a descontração dos CCEARs, a transferência da totalidade das ações da Eletrosul à Eletrobras e alteração das taxas de juros do contrato de TJLP + 2,02% a.a. para TJLP + 4,19% a.a.. Em decorrência disso, está em processo de assinatura o 1º aditamento ao contrato de financiamento, onde o BNDES reprecificou o contrato.

Foi firmado, no dia 7 de janeiro de 2016, contrato de financiamento indireto junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, conforme descrito abaixo:

Crédito	B
Valor total do crédito (R\$)	47.775.000,00
Sistema de Amortização	192 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 3,40% a.a.
Data da amortização	15 de julho de 2016
Finalidade	Implantação do Complexo Eólico Hermenegildo

Sobre o principal da dívida, incidirão juros à taxa de 3,40% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Em 28/12/2017, o BRDE anuiu com a descontração dos CCEARs, a transferência da totalidade das ações da Eletrosul à Eletrobras e alteração das taxas de juros do contrato de TJLP + 2,02% a.a. para TJLP + 4,19% a.a.. Em decorrência disso, está em processo de assinatura o 1º aditamento ao contrato de financiamento, onde o BRDE reprecificou o contrato.

Covenants

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2018.

Está previsto na minuta do 1º aditamento ao contrato de financiamento junto ao BNDES e BRDE, em negociação, que a partir da assinatura do mesmo, uma vez que todas as suas condições serão consideradas contemporâneas, que o atingimento do ICSD passará a ser obrigação da Controladora (Eletrobras).

Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida e três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.

16 Credores diversos

	31.12.2018	31.12.2017
Cessão de direitos a pagar - Renobrax	14.199	12.454
Provisão gratificação natalina	-	29
	<hr/>	<hr/>
	14.199	12.483
	<hr/>	<hr/>

Cessão de direitos a pagar - Renobrax

Refere-se aos valores a pagar à Renobrax Energias Renováveis Ltda., pela Cessão e Transferência de Bens e Direitos em caráter irrevogável, irretroatável e incondicional a Eólica Hermenegildo II S.A., a totalidade de quatro parques eólicos denominados Verace 28, Verace 29, Verace 30 e Verace 31, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Em 08 de fevereiro de 2017, em resposta a notificação recebida da Renobrax cobrando os valores devidos, a Companhia se manifestou informando que há divergência dos valores pleiteados em função de discussão a respeito dos montantes referentes à cobrança de juros, multa e atualização monetária. Informou também que, quando concluída a revisão dos cálculos, seria apresentada proposta formal para negociação da dívida.

A Renobrax ingressou com ação de execução contra a Eletrosul Centrais Elétricas S.A., controladora da SPE à época, referente ao Contrato de Cessão e Transferência de Bens e Direitos. A Eletrosul, por sua vez, opôs embargos à execução, apontando a existência de excesso de execução nos cálculos apresentados pela Renobrax em razão de divergências no tocante aos juros, multas e correção monetária, em 31 de dezembro de 2018 o processo encontra-se em tramitação judicial. Paralelamente, têm havido tratativas negociais entre Renobrax e Eólica Hermenegildo II.

Ainda que haja divergência a respeito das premissas para cálculo dos valores devidos, o valor apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia contempla o previsto em contrato (multa, juros e atualização monetária), considerando todas as cláusulas contratuais na sua integralidade.

Todavia, em eventual decisão judicial, acordo judicial ou extrajudicial entre as partes envolvidas, os valores de liquidação podem ser diferentes dos apresentados nessas demonstrações financeiras.

17 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante os exercícios anteriores foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste período. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR a ser liquidado nos exercícios subsequentes. O montante de R\$5.300 (R\$ 4.261 em 31 de dezembro de 2017) registrado no passivo circulante refere-se aos desvio negativos (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes conforme cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual. O montante de R\$3.690 registrado no passivo não circulante refere-se aos ressarcimentos que estão na faixa de tolerância, acima de 90%, de geração serão ressarcimentos do final do primeiro quadriênio.

Vale ressaltar que, conforme mencionado na nota explicativa 1, os contratos firmados no ambiente regulado (CCEARs) foram suspensos de abril a dezembro de 2017, e foram rescindidos a partir de janeiro de 2018, de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, não havendo mais o risco de ressarcimento por geração reduzida previsto nos contratos firmados no ACR, descontinuados a partir de abril de 2017.

Conforme descrito na nota explicativa nº 27, em 11 de janeiro de 2019, a Companhia ingressou com pedido administrativo de anulação do Despacho ANEEL nº 2.141/2018, objetivando o recálculo dos valores do ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs, rescindidos em virtude do processamento do MCSD.

18 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, tramitam em esfera judicial processos cíveis, trabalhistas e fiscais cuja probabilidade de perda é considerada como provável no montante de R\$ 528.

Adicionalmente, a Companhia não identificou ações possíveis de perda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

19 Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia recebeu o montante de R\$ 19.082 referente a adiantamento para futuro aumento da capital da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., os quais foram transferidos para Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e R\$ 1 da acionista Renobrax Energias Renováveis. Tais valores foram totalmente integralizados ao Capital Social da companhia em 01 de março de 2018.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é formado por ações ordinárias que encontram-se totalmente subscrita e integralizadas, como demonstrado a seguir:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Eletrobras Centrais Eletricas Brasileiras S.A.	192.319	99,99	192.319	173.237	99,99	173.237
Renobrax Energias Renováveis	19	0,01	19	17	0,01	17
	<u>192.338</u>	<u>100</u>	<u>192.338</u>	<u>173.254</u>	<u>100</u>	<u>173.254</u>

Em 01 de março de 2018 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social por meio de integralização de AFAC no valor de R\$ 19.083.

Em 31 de dezembro de 2018, as 192.338 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país.

21 Receita operacional

	31.12.2018	31.12.2017
Receita operacional bruta	51.660	44.347
(-) Deduções da receita bruta		
PIS não-cumulativo	(852)	(732)
Cofins não-cumulativo	(3.926)	(3.370)
(+/-) Provisões		
(Provisão)/Reversão venda de energia	(2.596)	304
(Provisão) ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	<u>(1.039)</u>	<u>(3.451)</u>
	<u>43.247</u>	<u>37.098</u>

22 Custos de operação

	31.12.2018	31.12.2017
Meio ambiente	(70)	(58)
Limpeza e conservação	(11)	(7)
Energia comprada para revenda	(6.987)	(5.245)
Instalação e conservação da conexão - CCT	(29)	(26)
Vigilância dos parques	(351)	(341)
O&M - GE (aerogeradores)	(5.143)	(834)
O&M - Eletrosul (Instalações de transmissão)	(233)	(227)
O & M - Messtechnik (Estações Anemométricas)	(103)	(236)
Encargos de uso do sistema de transmissão (EUST)	(2.252)	(2.162)
Taxa de fiscalização ANEEL	(147)	(147)
Arrendamentos - Direito de Uso de Terras	(706)	(664)
Depreciação	(14.738)	(14.738)
Amortização	(377)	(377)
Liquidação Contabilização Resultado Negativo-CCEE	(274)	(883)
Material	(15)	-
Acompanhamento e Fiscalização Sv. OEM - Aeos e T. anemom.	(22)	-
Teste do Comissionamento dos Aerogeradores e Controladores	(15)	-
Estudos de Distorções Harmônicas de Tensão	(22)	-
Outros	(20)	(9)
	<u>(31.515)</u>	<u>(25.954)</u>

23 Serviços de terceiros

	31.12.2018	31.12.2017
Serviços administrativos, contábeis, jurídicos e financeiros	(811)	(750)
Publicações Legais	(44)	(37)
Auditoria Externa	(30)	(18)
Ponte Corredor dos Vianas	(103)	-
Outros	(34)	(31)
	<u>(1.022)</u>	<u>(836)</u>

24 Receitas e despesas financeiras

	31.12.2018	31.12.2017
Rendimentos de aplicação financeira	95	106
Provisão aplicação financeira	709	656
Descontos obtidos	-	32
Receita de juros e multas recebidas	-	191
Reversão provisão de juros	-	2.494
PIS/COFINS s/ receita financeira	(4)	(24)
Outras receitas financeiras	2	198
Receitas financeiras	802	3.653
Encargos s/ empréstimos - BNDES	(8.689)	(9.654)
Encargos s/ empréstimos - BRDE	(4.219)	(4.845)
Custos de empréstimos apropriados	(222)	(222)
Encargos s/ cessão de direitos - Renobrax	(1.745)	(1.368)
Despesas bancárias	-	(525)
Provisão de juros	-	(1.516)
Tarifa administração de conta	(50)	(49)
IOF	(13)	(13)
Multa e juros de mora	(7)	(221)
Comissão Financiamento BNDES/BRDE	(231)	-
Outras despesas financeiras	(12)	-
Despesas financeiras	(15.188)	(18.413)
Resultado Financeiro	(14.386)	(14.760)

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nota	Valor	Valor
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>			
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras (*)	5	8.477	6.223
Depósitos vinculados (*)	9	7.735	7.351
		<u>16.212</u>	<u>13.574</u>

(*) Essas aplicações financeiras são classificadas como Valor Justo por Meio de Resultado – VJR, em virtude de sua taxa de remuneração ser baseada na variação do CDI, não há alterações significativas entre o valor apresentado e o seu valor justo.

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<u>Custo amortizado:</u>			
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	1.983	2
Contas a receber	6	1.311	3.787
Outros créditos		<u>4</u>	<u>4</u>
		<u>3.298</u>	<u>3.793</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item “ii”);
- Risco de liquidez (veja item “iii”); e
- Risco de mercado (veja item “iv”).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esses riscos, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada. Adicionalmente, 100% de suas vendas de energia são para as Empresas do Grupo Eletrobras, acionista da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais foi constituída provisão para perdas esperadas ou com problemas de recuperação.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possui liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia não possui exposição a riscos cambiais.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo de sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerados no cenário provável.

	Saldo em 31.12.2018	Exposição	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	8.477	CDI 6,42%	9.021	11.277	13.532
Depósitos vinculados	7.735	CDI 6,42%	8.232	10.289	12.347
Renobrax a pagar	14.199	IPCA 3,75%	14.731	18.414	22.097
Empréstimos e financiamentos	138.939	TJLP 6,98%	148.637	185.796	222.956
	Saldo em 31.12.2017	Exposição	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	6.223	CDI 9,93%	6.841	8.551	10.261
Depósitos vinculados	7.351	CDI 9,93%	8.081	10.101	12.121
Renobrax a pagar	(12.453)	IPCA 2,95%	(12.820)	(16.025)	(19.230)
Empréstimos e financiamentos	(148.429)	TJLP 7,0%	(158.819)	(198.524)	(238.229)

26 Partes relacionadas

As operações da companhia com partes relacionadas durante o período de 31 de dezembro de 2018 referem-se a Venda de energia e encargos de uso da rede elétrica. As principais transações estão relacionadas a seguir:

Contas a receber	31.12.2018	31.12.2017
Eletrosul	<u>1.294</u>	<u>3.770</u>
Ativo circulante	<u>1.294</u>	<u>3.770</u>
Contas a pagar	31.12.2018	31.12.2017
Eletrosul	16	19.379
Furnas	26	26
Amazonas GT	-	1
Eletronorte	15	14
CHESF	<u>22</u>	<u>23</u>
	<u>79</u>	<u>19.443</u>
Passivo circulante	79	361
Passivo não circulante	-	19.082
Resultado	31.12.2018	31.12.2017
Eletrosul	42.439	33.295
Eletrosul	(511)	(4.067)
Furnas	(331)	(257)
CHESF	(290)	(220)
Amazonas GT	(8)	(7)
Eletronorte	<u>(194)</u>	<u>(163)</u>
	<u>41.105</u>	<u>28.581</u>

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou os seguintes valores:

	31.12.2018	31.12.2017
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	357	336
Encargos Sociais	<u>76</u>	<u>72</u>
	<u>433</u>	<u>408</u>

27 Eventos subsequentes

Pedido administrativo ANEEL

Em 11 de janeiro de 2019, a Companhia ingressou com pedido administrativo de anulação do Despacho ANEEL nº 2.141/2018, devidamente protocolado na referida Agência, proferido pelo Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da Agência Reguladora, objetivando o recálculo dos valores do ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs, rescindidos em virtude do processamento do MCSD, de maneira a considerar o PLD médio somente do período de janeiro a março de 2017, período esse caracterizado pela obrigação de entrega de energia nos referidos contratos.

28 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

31.12.2018

Integralização de capital com AFAC (a)

19.084

(a) A Companhia utilizou saldo de adiantamento para futuro aumento de capital existente em 2017, para integralizar capital em 2018.

* * *